

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 17/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2566/2021



BAHIA

CRIME DO ATAKAREJO, A DEFESA DOS VIGILANTES E O COMBATE A VIOLENCIA E AO RASCISMO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS ATENDE SINDICATO E AGENDA AUDIENCIA PUBLICA PARA O DIA 20



Atendendo ao pedido do Sindicato dirigido a Deputada Maria Del Carmem e ao Deputado Jacó a Comissão de Direitos Humanos - CDH da Assembleia Legislativa da Bahia agendou para o próximo dia 20, às 18hs, uma audiência pública para tratar do crime do Atakarejo, seus responsáveis e as ações para acabar com a segurança irregular nas redes de supermercados. O Sindicato denunciou o Atakarejo e as grandes redes de supermercados

como responsáveis pelos históricos de crimes de morte, agressões, violência e discriminação, uma vez que não contrata serviços de segurança e vigilância regular, preferindo os irregulares. Ocorre que quando acontece uma situação, as redes e estes grupos, tentam “colocar o único vigilante no bolo”, como forma de livrar a cara. Foi isto que vimos no Atakarejo Amaralina e no Atacadão da Barros Reis no ano passado (agressão contra um rodoviário).

FISCALIZAÇÃO SINDICAL FOI AO ATAKAREJO AMARALINA LEVOU APOIO AOS VIGILANTES

Na semana seguinte ao 26 de abril, quando dois cidadãos foram acusados de roubo na loja Atakarejo Amaralina, entregues a criminosos, torturados e assassinados, a Direção do Sindicato foi ao local levar o apoio aos vigilantes e confirmou a tentativa de colocar os nossos colegas na condição de “bode expiatório” (não foi coincidência aparecer uma foto aparecendo a calça e sapato do vigilante). Vimos que o supermercado emprega apenas um vigilante da Map por turno; que este colega fica no estacionamento do subsolo, não acompanhando o que acontece no interior da loja. No acesso e interior da loja são os “prevenção de perdas” que atuam. Estes não são vigilantes, nem vinculados a nenhuma empresa de segurança autorizada pela Polícia Federal. Também não são contratados diretamente pelo supermercado. Muitos são informais, vinculado a algum “oficial de polícia” ou gente do tipo.

VIGILANTES NÃO SÃO CRIMINOSOS

Quando a imprensa e as autoridades policiais fazem crer a opinião pública que as pessoas que cometeram crimes são “seguranças”, colocam no mesmo balaio todos os profissionais da segurança privada. Mas os “prevenção de perdas” não são vigilantes, não estão ali exercendo atividade de segurança pública/polícia, tampouco de segurança privada regular/vigilantes. Portanto não são vigilantes ou profissionais de segurança privada os responsáveis por crimes e violência nas redes de supermercados. E é exatamente isto que buscamos esclarecer para as autoridades e opinião pública.

O CARREFOUR BOTOU A CARA, O ATAKAREJO FOGUE DOS ERROS E NÃO ASSUME COMPROMISSO

No episódio do Carrefour de Porto Alegre a sua alta direção foi a público assumir erros e comprometeu a assumir compromissos de mudanças de procedimentos. Um dos resultados mais efetivos da mudança foi compromisso de substituir a segurança irregular pela legal. Em algumas lojas de Salvador, por exemplo, já tem vigilantes no lugar dos “prevenção”. Mas o dono do Atakarejo, famoso garoto propaganda, optou pela “submersão conveniente”, não assumindo seus erros e compromissos.

SINDICATO COM O MOVIMENTO CONTRA A VIOLENCIA RACIAL E SOCIAL – Na última quinta-feira o Sindvigilantes/BA participou do protesto no Atakarejo Pernambués e participará de outros atos contra o racismo e a violência contra o povo negro e da periferia. Nestes atos o Sindicato denunciará o Atakarejo e as redes de supermercados e exigirá a contratação de Vigilantes legais.

- **VIGILANTES PROFISSIONAIS NÃO SÃO CRIMINOSOS.**
- **VIGILANTES RESPEITAM A LEI E CUIDAM DA VIDA**
- **VIGILANTES COMBATEM O RACISMO E A VIOLENCIA SOCIAL.**

DIA 20, 18H, TODOS NA ALBA.

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

VIGILANTES ENCONTRAM E DEVOLVEM CARTEIRA COM R\$ 82 MIL EM PASSO FUNDO



Os quatro colegas trabalham na MZ Segurança (Foto: MZ Segurança)

A Estã tendo grande repercussão na imprensa e redes sociais a atitude de quatro vigilantes da MZ Segurança que, na manhã de sábado, em Passo Fundo (15), encontraram e devolveram ao proprietário uma carteira com R\$ 82 mil em dinheiro e cheques, além de três cartões e uma Carteira Nacional de Habilitação.

Um dos vigilantes fazia a sua ronda pelo Parque da Gare quando achou a carteira e informou seus colegas do posto fixo da empresa. André Wuintt Dineck, Édson Soares, Ericson Luis Gomes Freitas e Rogean Silva de Oliveira decidiram, então, registrar o ocorrido na ata de

serviço, para que o dono fosse localizado.

Logo o proprietário da carteira apareceu e tudo foi entregue para ele, após comprovação da sua identidade. A engenheira de segurança da MZ, Letícia Müller, informou que não foi divulgado o nome ou profissão dessa pessoa.

“Nossos parabéns a estes colegas vigilantes, por sua atitude que orgulha e valoriza a nossa categoria perante a sociedade”, disse o presidente do Sindvigilantes do Sul, Loreni Dias. “Esperamos que tenham o merecido reconhecimento da empresa”, completou.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

INSS: revisão da vida toda ganha parecer favorável da PGR

Todo e qualquer brasileiro que trabalhou antes de 1994 tem direito de solicitar ao órgão a revisão da aposentadoria



O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, se posicionou a favor da inclusão de salários anteriores a junho de 1994 no cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensões do INSS.

A manifestação pela constitucionalidade da chamada “revisão da vida toda” abre uma opção importante para aqueles que desejam questionar o valor de seus benefícios e tentar aumentá-los.

“Desconsiderar o efetivo recolhimento das contribuições realizado antes de 1994 vai de encontro ao direito ao melhor benefício e à expectativa do contribuinte, amparada no princípio da segurança jurídica, de ter consideradas na composição do salário de benefício as melhores contribuições de todo o seu período contributivo”, afirmou Aras.

A ação em debate foi ajuizada contra o INSS por um aposentado. O pedido foi negado em primeira e segunda instâncias, mas aceito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2019.

O INSS interpôs recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que aguarda julgamento. Segundo a autarquia, a não aplicação da regra da Lei 9.876/99 equivaleria

à declaração da sua inconstitucionalidade, e a exclusão do período contributivo anterior teria sido opção legislativa.

Ao longo do tempo, o cálculo do valor das aposentadorias teve fórmulas diferentes. Antes, os benefícios eram calculados com base nos salários dos três últimos anos que antecederiam a aposentadoria.

Agora, eles são, na maioria, calculados com base nos salários de julho de 1994 até o do mês anterior ao do início da aposentadoria. Ocorre que tem muita gente que teve os maiores salários antes de 1994 e podem pedir a revisão do valor do benefício para incluir no cálculo os salários da vida toda.

Antes de entrar com o pedido é importante buscar ajuda profissional para calcular se o valor da aposentadoria será mesmo maior. Caso não seja, o benefício pode ser até reduzido após a entrada com pedido da revisão.

Condições para pedir a revisão:

- Não ter registro de ter ultrapassado o prazo de 10 anos desde o primeiro pagamento do salário de benefício;
- Ter tido acesso ao benefício do INSS após 19 de novembro de 1999;
- Não ser beneficiário do INSS a partir das regras da Reforma da Previdência de 2019.

Como solicitar o pedido:

- Leve para análise o Cadastro de Nacional de Informações Sociais (CNIS);
- Averigue possíveis alterações na carteira;
- Separe os registros de contribuições com a previdência antes de 1994;

Pegue análises de carnês pagos e pegue aplicativos do INSS para enviar os documentos digitalmente.

Fonte: Metropoles - Talita Laurino

Novo programa de redução de jornada tem adesão de 1,5 mi de pessoas

Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi reestabelecido em medida provisória publicada por Bolsonaro há duas semanas



Mais 1,515 milhão de trabalhadores fizeram acordo no âmbito do novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que permite a suspensão temporária de contrato ou redução de jornada de trabalho e do salário, em troca do pagamento de um benefício emergencial (BEm).

O programa foi recriado neste ano pelo governo federal. A medida provisória foi publicada no último dia 28 de abril e prevê mais quatro meses de suspensão ou redução temporária da jornada de trabalho.

No ano passado, cerca de 10 milhões de brasileiros foram contemplados pelo programa emergencial. Houve 20,9 milhões de acordos, realizados com 1,5 milhão de empregadores. Os dados são do Ministério da Economia e foram divulgados nessa quinta-feira (13/5) pela pasta.

A seguir, veja os dados sobre o novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, atualizados às 15h30 desse quinta:

- Empregadores: 384.682
- Trabalhadores: 1.515.653
- Acordos: 1.543.441

Do total de acordos, mais da metade (51,7%) foi realizada no grupamento serviços. Em seguida, estão comércio (25,6%), indústria (17,2%), construção (1,73%) e agropecuária (0,31%).

Já em relação ao tipo de acordo, 41,4% se referem à suspensão do contrato de trabalho; 29,7%, à redução de 70% de jornada e de salário; 19%, à redução de 50%; e 9,9%, à redução de 25%.

Fonte: Metropoles - Tácio Lorran

BRB cresce e alcança lucro líquido de R\$ 117 milhões no 1º trimestre de 2021

O banco aumentou a carteira de crédito em 42,7% e fechou o trimestre como líder de crédito imobiliário, com 43,6% de participação no mercado



Raimundo Sampaio/Esp. Metrôpoles

Os O Banco de Brasília (BRB) alcançou lucro líquido de R\$ 117 milhões no primeiro trimestre de 2021. De acordo com balanço de desempenho divulgado nesta quinta-feira (13/5), o crescimento em janeiro, fevereiro e março foi 9% superior ao registrado no mesmo período de 2020.

Entre os principais responsáveis pelo desempenho do banco, estão mais operações de crédito, melhoria na eficiência operacional e a transformação do BRB em unidade mais digital.

De acordo com o presidente do banco, Paulo Henrique Costa, o crescimento no número de negócios repercutiu na expansão da carteira de crédito em 42,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Todas as linhas registrou balanço positivo.

Em relação a 2020, o crédito consignado aumentou 26,2%. O cartão de crédito, 27,9%; e o crédito rural, 47,8%. O incremento para pessoas

jurídicas, por sua vez, saltou 139,4% no período analisado. O balanço total do primeiro trimestre

Dentro do disponibilizado, o BRB despontou como líder do crédito imobiliário no DF, com 43,6% de participação do mercado. “Isso significa, praticamente, que a cada duas operações de crédito imobiliário no DF, o BRB fez uma”, ressaltou o presidente do banco, Paulo Henrique Costa, à Grande Angular.

Ao todo, foram R\$ 713 milhões em operações de crédito imobiliário contratadas no primeiro trimestre de 2021. Em 12 meses, a carteira cresceu 143,5%, alcançando 2,9 bilhões.

Nesse período, os usuários do banco também aumentaram as transações digitais. Até março, as operações via celular subiram 85,8%. Hoje, somente 4% das transações são realizadas pelos clientes em agências físicas. No BRB Fla, por exemplo, são 550 mil contas digitais e 394 mil abertas da maneira tradicional.

Atualmente, o BRB está presente em 4,3 mil municípios brasileiros, 39 países e seis continentes.

Pandemia

Com a crise gerada nos setores produtivo e de serviços, devido à pandemia do novo coronavírus, o BRB lançou o Programa Acredita DF, a fim de ajudar pessoas físicas e jurídicas. Até abril, o banco liberou R\$ 2,5 bilhões para esse público. “Durante a pandemia, o BRB tem atuado em diversas frentes: uma de apoio à economia e outra de cuidados com a saúde”, frisou Paulo Henrique Costa.

O presidente do banco ressaltou que um

dos principais legados a ser deixado pelo BRB é a construção do hospital acoplado de Samambaia. A unidade de saúde terá 102 leitos e começa a ser montada de forma permanente na região. “É um legado do BRB, do instituto BRB e de todas as instituições que nos ajudaram. O hospital será tanto para o tratamento da Covid como para tratamentos posteriores. Vai ajudar na redução das filas para leitos de UTIs e no retorno às cirurgias eletivas, na medida em que a pandemia vai se abrandando”, analisou Paulo Henrique.

Inadimplência

A inadimplência do BRB caiu de 1,60% para 1,44%, percentual abaixo do mercado, que hoje é de 2,19%. “Trabalhamos muito para chegar a esse percentual. O ponto-chave foi o Acredita DF, que permitiu condições diferenciadas

para prorrogação das parcelas e aumentou o acesso a várias linhas de crédito”, completou o presidente da instituição financeira.

Programas sociais

Nos primeiros quatro meses de 2021, o BRB atuou ainda em oito programas de proteção social do Governo do Distrito Federal e beneficiou 218 mil famílias. Ao todo, foram 208 milhões para os programas Cartão Material Escolar, Mobilidade Cidadã, Cartão Prato Cheio, Renda Emergencial, Bolsa Alimentação Escolar, Bolsa Alimentação Creche, Medicamento de Alto Custo e para o Renova-DF.

Veja gráfico com cada um:

Fonte: metrópoles - Lilian Tahan e Manoela Alcântara

Foto: Programas de proteção social BRB



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF